

Área tombada desprotegida

Valéria Feitoza
Da equipe do **Correio**

Eles estão cada vez maiores, mais numerosos e chamativos. Os anúncios publicitários em áreas públicas do Plano Piloto vencem, dia após dia, a guerra contra os órgãos de preservação do tombamento de Brasília. Em prédios do Setor Comercial Sul e dos setores bancários Sul e Norte, gigantescos *banners* anunciam cosméticos e serviços de telefonia celular. Nas entrequadradas comerciais, *outdoors* multiplicam-se.

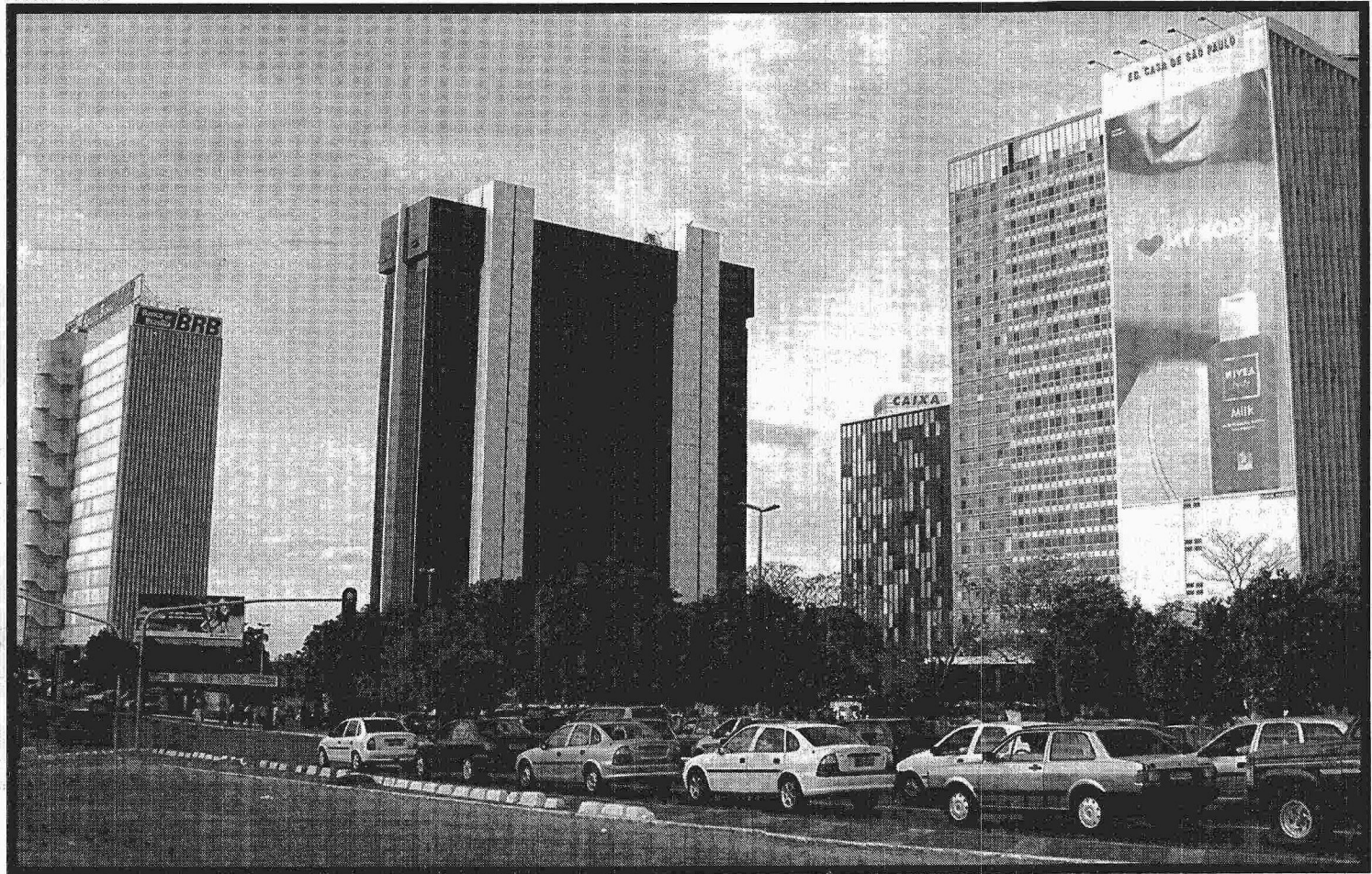
A agressão ao projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer se respalda na falta de instrumentos legais que impeçam a poluição visual. Dois anos depois de começar a ser discutido, até hoje o Plano Diretor de Publicidade de Brasília ainda não saiu do papel. Em abril, o texto final do Plano Diretor de Publicidade foi aprovado pela Câmara Legislativa por 13 votos a favor e quatro contra. Mas até hoje não foi sancionado, e é alvo de uma intensa discussão entre os órgãos envolvidos.

O gerente executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Brasília, Cláudio Queiroz, classifica como "tração" o teor da redação final do plano elaborada pelo Executivo. "O plano foi criado para detalhar as regras, mas na verdade o texto não entra nos detalhes mais importantes", critica. A opinião é reforçada pelo presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) no DF, Sérgio Brandão. "No fim, vai acabar piorando o problema que já existe."

Cláudio Queiroz acredita que os órgãos de preservação vão conseguir convencer o governador Joaquim Roriz a vetar o texto aprovado pelos deputados distritais. "Disso depende a continuidade da boa relação do Iphan com o GDF", resume.

O principal ponto de conflito entre especialistas e governo é sobre a criação de uma zona de proteção em torno da área tombada como Patrimônio da Humanidade. "Isso foi proposto e intensamente discutido. Todos concordaram que era importante criar um anel para evitar pressão sobre

Marcelo Ferreira



NO SETOR BANCÁRIO SUL, UM GRANDE PAINEL DE ANÚNCIO DE COSMÉTICO AGRIDE O PROJETO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: SEM PROTEÇÃO LEGAL

o Plano Piloto. Mas essa seção inteira foi retirada na redação final", conta a arquiteta Tânia Battella, especialista em urbanismo.

Para ela, a redação final do plano, elaborada pelo Executivo, é permissiva demais. "Depois de tanta discussão, a aprovação do texto final foi extremamente desrespeitosa com todos os técnicos que estavam envolvidos no assunto e com a sociedade."

DISCUSSÃO ADIADA

A subsecretária de Urbanismo e Preservação do GDF, Eliana Klarmann Porto, diz que a criação do anel de proteção foi retirada na redação final do plano com a anuência do Ministério Público do DF. "Discutiu-se muito sobre a necessidade de existir essa zona, mas não foi estabelecido nenhum critério para ela." Ela afirma que esse assunto será retomado durante a criação do Plano Diretor da Área de Preservação de

PLANO DIRETOR DE PUBLICIDADE	
O TEXTO ORIGINAL	A REDAÇÃO FINAL
Permitia colocar publicidade em placas de trânsito	Não consta nada sobre o assunto
Não deixava clara a exigência de licitação para explorar o mobiliário urbano (bancos de praça, paradas de ônibus, bancas de revista etc) com propaganda. Essa obrigatoriedade passou a existir no substitutivo elaborado pela Câmara Legislativa, após as discussões entre os órgãos envolvidos	Não existe menção a isso na seção que trata sobre mobiliário urbano
Durante as discussões sobre o plano, foi proposta a criação de um anel de proteção em torno de Brasília. O objetivo era restringir e regulamentar a publicidade nas imediações da área tombada	Não menciona a criação dessa zona de proteção

Brasília, que vai abranger outros aspectos do tombamento. Tânia Battella, que está fazendo

um estudo comparativo entre a proposta elaborada pela Câmara Legislativa ao longo das

audiências públicas de discussão do plano, enumera outras omissões que, segundo ela, dão margem a abusos por parte das empresas. "O texto não menciona a exigência de licitação para explorar a propaganda no mobiliário urbano, e também não estabelece limite máximo de *outdoors* em terrenos vazios. Agora, quem tem lote pode viver só do aluguel do espaço para propaganda", afirma.

Eliana Klarmann esclarece que ainda não teve acesso ao texto final do plano, publicado no Diário Oficial da Câmara Legislativa (DOCL) há 20 dias. "Não sei nem se o que foi aprovado é o mesmo texto que nós elaboramos. Mas posso assegurar que a proposta que o governo mandou para a Câmara contempla tudo o que foi discutido nos últimos dois anos." O **Correio** não localizou os promotores que participaram das discussões sobre o Plano Diretor.